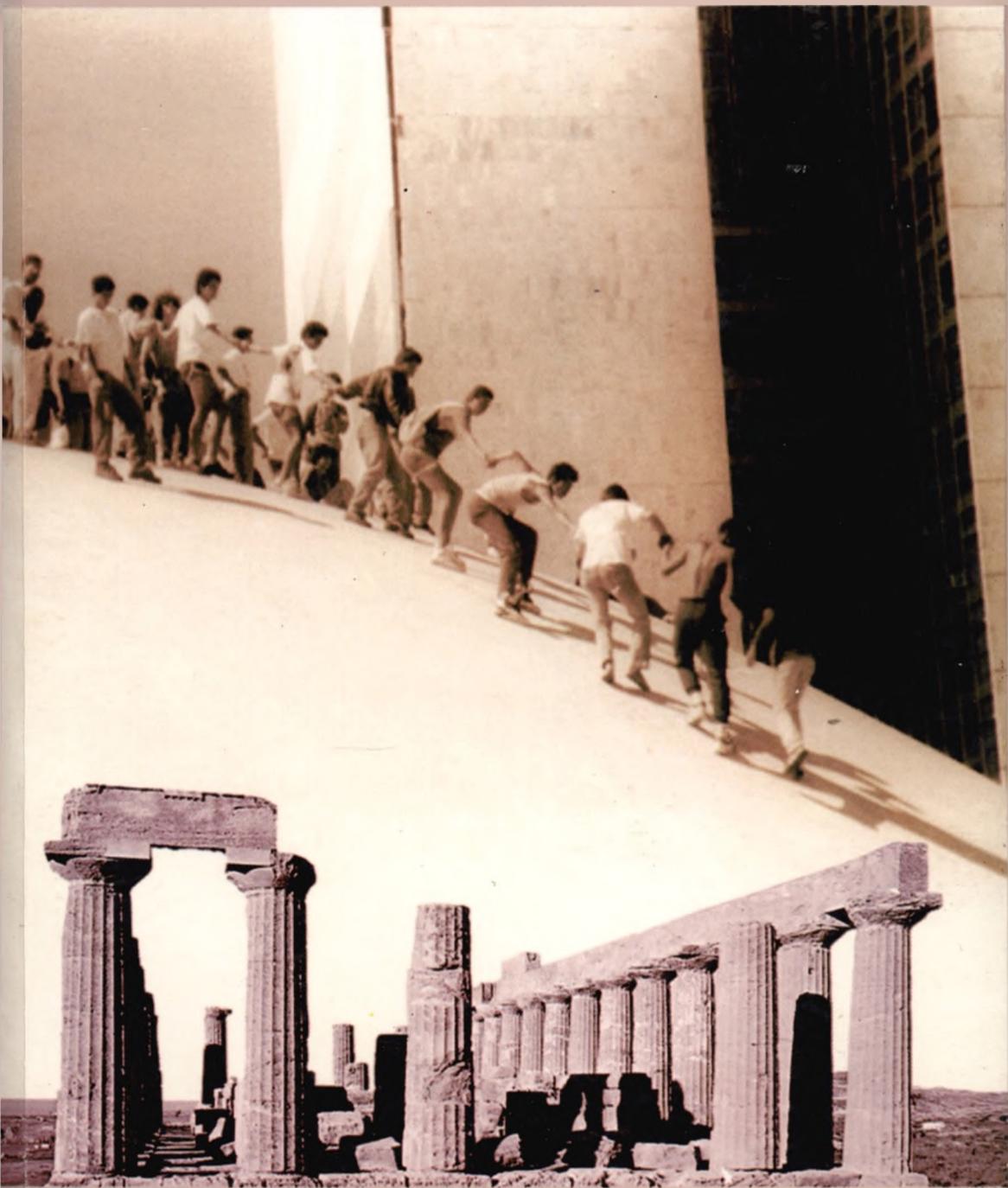


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

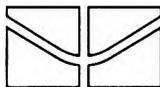
O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jelju Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem*, *ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

LIMITAÇÕES DA AGENDA DA CÚPULA SOCIAL DE COPENHAGUE

Benício Viero Schmidt
Sociólogo, Professor da UnB

Aproveitando a oportunidade da presença ilustre do Embaixador Somávia, quero dizer que participei da Cúpula Social com um trabalho de avaliação sobre a “Campanha contra a Fome no Brasil”, feita por um conjunto de instituições, coordenadas pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Este trabalho foi feito em co-autoria com Maurício Dias David, economista do Rio de Janeiro e atual assessor do Ministro Bresser Pereira.

Como sociólogo faço uma pergunta ao estilo de Karl Popper: em que metafísica estou envolvido como empirista, como cientista social que tem no empírico sua base de reflexões?

Acredito que há um grande problema para a discussão das questões centrais da Cúpula Social, na medida em que estamos envolvidos, para não dizer dominados, por uma metafísica que define a essência do regime de produção capitalista: “a mercadoria” é o elemento essencial da equação.

Esta é a metafísica disponível. Pode-se deduzir daí, como corolário desta metafísica que domina o tempo e o espaço no mundo hegemônico, algumas conclusões de natureza ética, de natureza comportamental, e até linhas de orientação para uma boa gestão exequível. É muito mais fácil obedecer esta metafísica. Ela tem conteúdos implícitos de legitimidade, de respeitabilidade, de expectativas mútuas. Espera-se que ela vá funcionar perfeitamente: sem que seja preciso repensá-la, modificá-la. Por isso sou muito mais pessimista que o Embaixador Somávia. Ou até muito mais crítico, de acordo com o inspirador deste seminário, Florestan Fernandes, no sentido de que os mecanismos disponíveis não contemplam certas dimensões nesta metafísica que seriam necessários considerar para fazer um apelo moral e ético para uma mudança de posição frente à pobreza, que é grande hoje, mas que sempre existiu.

Transformar os pobres excluídos em produtores de mercadoria, através da “coisificação” do fator trabalho, é a tarefa essencial do modo de produção vigente na maior parte do mundo contemporâneo. Portanto, fundamentalmente, a produção da inclusão social, pela universalização da mercadoria, está dada pelos limites possíveis do regime produtivo. Este regime tem suas contradições, suas limitações. Nele a combinação dos fatores produtivos (terra, capital, trabalho) depende centralmente de uma articula-

ção da disponibilidade dos fatores mencionados, manipulação científico-tecnológica e uma forte vontade política estatal. Sem esses elementos, pouco ou nada pode ser feito.

Este é o coração da evolução genética da ordem capitalista vigente. Uma história de muitos séculos, em que o fator trabalho aparece como sujeito da “disciplina produtiva”. Nesta história, a vontade política corporificada no Estado é ingrediente fundamental. Não é gratuito que o agravamento contemporâneo das condições sociais, em todo o mundo, convive dramaticamente com o enfraquecimento do Estado. Estamos no cerne da crise contemporânea, no âmbito central do debate sobre o futuro.

A ilustração sofisticada deste longo e tortuoso processo histórico está, por exemplo, na obra de Geremek (*Os Filhos de Caim*, S.P., Cia. das Letras, 1994), não necessitando, portanto, maiores comentários.

Nesse mesmo sentido, trago dois exemplos para ilustrar um quadro de tensões desse tipo, que não são de hoje, e não eram de ontem. Quando muitos de nós, hoje com cerca de 50 anos, imaginávamos que tomar água no Brasil, um País com tantos recursos hídricos, teria de ser feito através de uma operação mercantil? A água não é um bem público, socialmente disponível, pois a água no Brasil é hoje uma mercadoria. Se você não tem dinheiro no bolso, não vai tomar água!

Em segundo lugar, um dos itens levantados pelo Embaixador Somavia é que esta metafísica nos domina, até inconscientemente. Sempre imaginamos que as soluções aos impasses do presente só podem ser contemplados no quadro da “produção mercantil”.

Mesmo quando queremos escapar dela, na política de controle do meio ambiente, por exemplo, voltamos a enfatizar a única solução possível, por meio do controle gerencial moderno da produção mercantil. Brasília tem um belo parque no centro da cidade, e tem em seu atual governo (do professor Cristovam Buarque) uma orientação socialista e democrática. Pois bem, este parque está em vias de ter seu acesso submetido às leis de mercado, onde serão cobrados ingressos da população!

Quando você não tem pessoas educadas, com consciência ética no sentido de que esse é um bem público que precisa ser defendido por todos, porque diz respeito ao benefício de todos, você só tem uma saída, que é a repressão implícita dos comportamentos anti-sociais através de sua transformação em uma mercadoria! E não é de graça que a alternativa hoje, em construção no governo, é de torná-lo uma mercadoria. E o paradoxal é que isso será feito por um governo de esquerda, um governo socialista, porque é a única maneira de socialmente defender o parque.

Vejam a inexorável entrada na metafísica do capitalismo, o que não é abstrato, mas que determina o sentido de um conjunto de tensões que condicionam quaisquer mecanismos de intervenção política, de gestão estatal. Então, por isso, acho muito difícil que algumas orientações da Cúpula Social possam ser implantadas sem antes passarmos por um longo e tortuoso caminho de avaliação e de formulação crítica a respeito.

Vou destacar dois pontos relevantes para esse debate. O primeiro é a relação entre a segurança do cidadão e o desenvolvimento social. Em relação à impotência governamental, quero dizer que quando o Embaixador Somavia fala das relações entre mercado, Estado e sociedade, esse é o eixo fundamental sob o ponto de vista acadêmico e científico. Essa é uma questão ainda indecifrável. A questão mais grave é a redefinição do Estado, ou a gestão política da administração, que é uma caixa-preta. E não falo de nenhum lugar sem compromisso. Não se trata aqui de um analista fazendo uma análise de um fenômeno que não lhe pertence, ao contrário. Acho esse um empecilho maior que destaca a impotência estatal.

Quanto à questão do social não-estatal, que está envolvida na estatal, colocada pela Cúpula Social, ela foi introduzida no Brasil com a transformação dos bens públicos estatais em bens públicos não-estatais, por meio de operações de governo que levaram à privatização. Enfim, os primeiros movimentos ideológicos para legitimar – pela esquerda – a disseminação plena da ordem mercantil.

Essa questão, pelo ângulo progressista da equação política brasileira, foi levantada por um marxista, recentemente falecido, o professor Ignácio Rangel, uma pessoa que foi muito importante na montagem do governo Getúlio Vargas. O paradoxal é que um marxista, um economista avançado, que não tinha o título acadêmico-formal de economista, mas que foi um grande teórico da economia brasileira, levantou essa questão. Só posso concluir que a sensibilidade social e política de um marxista determinou que ele avançasse o sinal e fosse um dos pioneiros nessa questão, num país que tem uma tradição política extremamente estatizada, como tem o Brasil.

Esta é uma transformação que está ocorrendo em todo o mundo: a transformação dos bens estatais em bens sociais, ou em propriedade social não-estatal. Porém, há um problema. Independentemente da ordem política e social desejada, vai continuar havendo a necessidade de uma consideração sobre a relação bens públicos e bens privados.

Neste ponto, o apelo moral da Cúpula Social, como o relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento mundial de 1995, não resolve a questão, pois não tratam da relação entre bens públicos e bens privados. En-

quanto isso não for encarado como uma tarefa intelectual, científica e também política, fica muito difícil equacionar a questão.

Concretamente, há certos tipos de bens que deverão ser sempre considerados e levados em conta como bens públicos necessários, como a educação e outros mais, ainda que sobre eles possa haver um mercado privado. Agora, defender a convivência para aqueles que por duas razões não querem o privado ou querem o público, seja por opção de vontade, seja por necessidade, é fundamental. Seria uma sociedade livre e nós estamos longe de considerar isso como uma consígnia da sociedade do futuro. É muito grave, porque a principal força política, pelo menos no meu País, que esquece disso, é a esquerda política brasileira. Essa é uma das questões mais agudas, pois, sem resolvê-la de modo prático e efetivo, sob o ponto de vista político e científico, a questão vai continuar confusa.

Concordo inteiramente com as grandes abordagens da nova Agenda da Cúpula Social. Porém, no caso do Brasil, que saiu do populismo para o autoritarismo, e agora está nessa onda que está levando ao cansaço civil da democracia participativa, que espero não chegue ao grau de alienação política como na Espanha, essa enorme sensibilização pelo social convive com uma ideologia que transforma todos os problemas num grande processo de encaminhamento político. E corremos o risco, por não termos quadros de referência intelectual e forças políticas mais interessadas e mais responsáveis, de transformar nossa sensibilidade frente aos problemas em uma “sociedade de encaminhamentos”.

Hoje os quadros políticos mais avançados do Brasil são responsáveis por uma operação populista disfarçada, que é a de transformar todos os problemas sociais em uma discussão interminável. Isto tem uma grande vantagem: os governantes não precisam tomar qualquer decisão. A grande decisão é a discussão do problema, mas também tem uma explicação, pois não se tem quadros de referência para definir com qualidade qual é o problema e, portanto, muito menos para projetar as soluções. Essa é uma questão que afeta na essência a democracia.

Com relação à segurança do cidadão, parece ser um problema inelutável nesse quadro de pobreza, de desigualdade, onde em escala mundial temos do agricultor africano ao integrado no mercado da OECD. E no Brasil, do “homem gabiru” até o executivo da Avenida Paulista. Por não encontrar quadros de gestão e responsabilização maior por essa relação de segurança, definida como politicamente desejável e socialmente impossível de ser implantada, no Brasil, como em outros países (também nos Estados Unidos), tem gerado um subsistema de controle social e de repressão das classes

sociais e de separação das classes que vai gerar um sistema social e cultural muito consolidado e que será difícil destruir e reconstruir.

No Brasil se gasta hoje cerca de 15 bilhões de dólares, 3% do PIB, em segurança privada, segundo estimativa de uma consultora internacional. Sabemos que o desejo, a meta do governo, com a visão social-democrata do Presidente Fernando Henrique, numa demonstração de seu progressismo ideológico, é chegar ao final do governo com a aplicação de 1,5% do PIB em ciência e tecnologia, ou seja, metade do que já se gasta com segurança privada. Se isso ocorrer estaremos gastando cerca de 30 bilhões de dólares em segurança privada. Ora, isso é uma relação necessária com a desigualdade.

Chego à conclusão de que apesar do verbo, apesar do apelo moral, nossas sociedades estão consolidando sutilmente sistemas de repressão inter-classes sociais, profundamente estabelecidos, com o agravante de que elas estão ajustadas à metafísica e à lógica do capitalismo.

No nível internacional vemos de outra maneira, mas no Brasil tivemos uma ilustração na semana passada. Os grandes mecanismos de segurança internacional, ligados aos Estados nacionais, após o fim da guerra fria, se transformam em mecanismos de testa-de-ferro de interesses econômicos. Não é por acaso que um projeto como o Sivam seja o palco de uma disputa entre o serviço secreto francês e o norte-americano, com sérias repercussões internacionais. Ou seja, nem interna e nem externamente podemos ser ingênuos.

Do ponto de vista político e científico, isso significa que dentro desta metafísica da globalização, da qual nós não escapamos, nem em tese e nem na prática, se impõe a reconstrução da soberania nacional para todos nós, como países individuais ou como bloco de países. Desconfio, entre outras coisas, que é muito difícil pensar tudo isso quando se adota, até inconscientemente, uma teoria minimalista do Estado. Quando estamos diante da possibilidade de perder historicamente a capacidade de autonomia estatal, através da reconstrução de um Estado eficiente e socialmente responsável, fica muito difícil esperar um ciclo que seja antagônico e criativo frente às tendências disruptivas atuais. Por isso é que sou muito pessimista e cáustico em minha crítica.



Imprenta:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514